

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



A POLÍTICA LINGUÍSTICA EM CAMPINA GRANDE REFERENTE A LIBRAS

Germana Silva de Oliveira (UFCC-IFPB)

Niédja Maria Ferreira de Lima (PPGED/ UFCC)

O presente texto apresenta algumas considerações sobre a Política Linguística referente à Língua Brasileira de Sinais (Libras) no município de Campina Grande – PB. Esta temática é parte integrante da pesquisa que está sendo desenvolvida no Mestrado em Educação na Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/ UFCC) que visa investigar a inclusão dos surdos no IFPB, verificando o desenvolvimento da Política Linguística no campus. Será realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus de Campina Grande e abrangerá o período de 2009 a 2018. Os sujeitos da pesquisa são a comunidade acadêmica do IFPB/CG e a comunidade surda. A pesquisa de cunho bibliográfico e documental fará o uso da técnica de entrevistas semiestruturadas que serão gravadas para posterior análise. Esperamos contribuir com a produção de conhecimento nesta área proporcionando, aos surdos, maior respeitabilidade.

O histórico das pessoas com deficiência é repleto de muitos registros de práticas excludentes e poucas atitudes de aceitação. Alguns autores destacam a década de 1980 para marcar os acontecimentos que dão origem ao que hoje conhecemos como processo de inclusão das pessoas com deficiência. Neste processo percebemos mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que denotam um novo valor às questões sociais e faz com que surjam debates, pesquisas e ações governamentais. Em consonância com este processo, é notória a inserção da pessoa Surda nos diversos espaços sociais. Pertencentes a uma comunidade que tem como elo maior de identificação o uso da língua de sinais, os surdos necessitam dessa língua para o desenvolvimento de suas potencialidades (SACKS, 1990, entre outros). Entre os documentos que impulsionaram as Políticas Públicas para proporcionar a inclusão educacional das pessoas com deficiência, no âmbito internacional, estão a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, a Declaração de Salamanca – 1994 e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso igualdade (1994). No espaço nacional, encontramos a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394/1996, as Diretrizes Nacionais para Educação

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014.

No campo da Educação de Surdos, desde 1880, no Congresso de Milão foi adotado o Oralismo como método hegemônico para educação. Esta decisão levou a língua desiniais a um alijamento dos processos educacionais com surdos. No entanto, pesquisas linguísticas realizadas desde essa época de 1960 demonstraram o status linguístico das línguas de sinais, colocando abaixo esses mitos. Além do mais, o fracasso escolar na educação de surdos levou a aceitação de um novo paradigma para educação de surdos, o Bilinguismo, que surgiu nos anos de 1980 e propõe um novo olhar sobre a surdez e aceita a língua de sinais, como primeira língua das pessoas surdas. A educação bilíngue para surdos é “muito mais do que se fixar no domínio puro e simples de duas línguas na escola” se fazendo necessário o reconhecimento político do lugar e significado da surdez como diferença cultural e indelimitável da pessoa surda. No Brasil, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) se deu pela Lei nº. 10436, apenas em 2002 e regulamentação, em 2005, pelo Decreto nº. 5626. Este movimento junto as lutas da comunidade surda cria um contexto que se faz necessário o desenvolvimento de uma Política Linguística que promova a disseminação da Libras no país. Os estudos sobre Política Linguística são recentes e alguns autores como Eastman (1983), marcam a década de 1960 para o surgimento desta área, inicialmente, com pesquisas focadas “ao estudo e à resolução de “problemas linguísticos” de nações recém-liberadas da dominação colonial na África e na Ásia” (SILVA, 2011, p. 292). Já Oliveira (2017) cita Calvet (2007) para definir a Política Linguística como as decisões importantes que são tomadas na relação entre língua e sociedade, definindo qual (ou quais) língua ou variedade serão usadas e/ou proibidas nas instituições oficiais desta sociedade. Os estudos apontam que as pesquisas na área de Políticas Linguísticas com foco nas línguas de sinais são recentes e reflexos das discussões e ações sobre os direitos humanos (SOUSA e AFONSO, 2016). Esta constatação reforça a necessidade de estudos como este.

Em Campina Grande, a comunidade surda, que passou por todo o movimento de rejeição/aceitação da sua condição e da sua língua, também teve posturas de resistências. Destacamos o trabalho realizado durante a Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Este trabalho foi de grande

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



importância para a educação de surdos e para o reconhecimento da Libras na região e resultou na fundação da Escola de Audiocomunicação Demostenes Cunha Lima – EDAC, em março de 1983 e na criação da Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG), em 1991. Segundo Gianine (2012) este trabalho tinha a “finalidade de suprir a inexistência de escolas para pessoas surdas no município e atender à necessidade urgente de um campo de estágio para a referida habilitação” (p.66).

Este contexto colaborou para que iniciativas governamentais fossem desenvolvidas e dessem origem ao que entendemos ser o desenvolvimento de uma Política Linguística referente a Libras na cidade. Outros marcos destacados pela citada autora, que entendemos como ações que caracterizam o início do desenvolvimento desta política são: em 1997, a criação da lei de Libras no município; em 1999, a criação dos cargos de instrutor e intérprete de Libras; em 2000 o concurso para ocupação destes cargos.

Assim, a comunidade surda de Campina Grande – PB passou por todo percurso histórico que as comunidades surdas de outras partes do país e do mundo e, neste contexto a Língua Brasileira de Sinais (Libras) também. De acordo com o exposto podemos perceber a contribuição da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para a consolidação da comunidade surda desta cidade e colaborou, junto com as posturas de resistências da mesma, para o início de uma Política Linguística referente a Libras. Porém, não encontramos outras ações do Governo Municipal em prol do desenvolvimento da política em questão. Desta forma fica evidente que ainda há muito a ser feito para o fomento da mesma, visto que, a comunidade surda tem se consolidado cada vez mais e a continuidade destas ações colabora para o inclusão social dos surdos.

Referências

RASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso 10/2017.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso 09/2017.

_____. Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso 09/2017.

GIANINI, Eleny. Professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação. . Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRN. Natal, 2012

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



<p>OLIVEIRA FabriciaBenda de et all. Revisão de literatura: pesquisa bibliográfica x pesquisadocumental. UFES. Jerônimo Monteiro, ES 2011</p> <p>https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiSrdT6qbTXAhWITZAKHekFAaUQFggqMAA&url=http%3A%2F%2Ffiles.wendelandrade.webnode.com.br%2F200000168-aac01abba1%2FPesquisa%2520bibliogr%25C3%25A1fica%2520versus%2520pesquisa%2520documental.trabalho.2011.1.doc&usg=AOvVaw3a-sfmOSO4WNRHFg9MkSnK</p>
<p>SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p>
<p>SILVA, Elias Ribeiro. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. Trabalhos em Linguística Aplicada, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 289-320, abr. 2016. ISSN 2175-764X. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645376>. Acesso em: 11/2018.</p>
<p>SOUSA Socorro Cláudia Tavares de, AFONSO Lília dos Anjos. Políticas linguísticas sobre alibras: as crenças dos estudantes de letras languagepolicyon libras: beliefsoflettersstudents.Revista de Letras. UFC. 2016 Disponível em:http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/19335. Acesso em 10/2017.</p>